

QUESTÃO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO NO VALE DO JEQUITINHONHA

Antônio Augusto Lopes Neto¹²

RESUMO

O presente texto pretende debater a questão territorial que emerge do modelo de desenvolvimento levado a cabo na região do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. O texto está dividido em três partes, mais a introdução e a conclusão. Na primeira parte, contextualizo os processos que desencadearam o surgimento da região do Vale do Jequitinhonha a partir da década de 1950. Em seguida procuro interpretar o desenvolvimento regional como um projeto de espoliação marcado pela violência. E no último tópico, a discussão passar por compreender como os projetos de desenvolvimento desencadearam mudanças socio – espaciais radicais resultando na questão territorial que emerge da contradição entre metabolismos territoriais de modo de vida. Concluo o texto chamando a atenção para como o projeto de desenvolvimento, que subalterniza e oculta outras territorialidades, a partir de interpretações eurocêntricas, que ao mesmo tempo, dificulta a interpretação sobre a origem da atual desordem ecológica planetária, causadas, sobretudo, por essa relação sociedade/natureza imposta pela modernidade.

Palavras-chave: Vale do Jequitinhonha, Desenvolvimento, Questão territorial.

RESUMEN

Este texto pretende debatir la cuestión territorial que emerge del modelo de desarrollo implantado en la región del Valle de Jequitinhonha, en Minas Gerais. El texto se divide en tres partes, más la introducción y la conclusión. En la primera parte, contextualizo los procesos que desencadenaron el surgimiento de la región del Valle del Jequitinhonha a partir de la década de 1950. A continuación, intento interpretar el desarrollo regional como un proyecto de expropiación marcado por la violencia. Y en el último tema, la discusión pasa a comprender cómo los proyectos de desarrollo han desencadenado cambios socioespaciales radicales, dando lugar a la cuestión territorial que surge de la contradicción entre metabolismos territoriales y formas de vida. Concluyo el texto llamando la atención sobre cómo el proyecto de desarrollo, que subalterniza y oculta otras territorialidades a partir de interpretaciones eurocéntricas, dificulta al mismo tiempo la interpretación del origen del actual desorden ecológico planetario, causado sobre todo por esta relación sociedad/naturaleza impuesta por la modernidad.

Palabras clave: Valle del Jequitinhonha; Desarrollo; Cuestión territorial.

INTRODUÇÃO

O presente texto é fruto de uma revisão bibliográfica e pretende discutir a questão territorial que emerge do modelo de desenvolvimento levado a cabo na região do Vale do

¹Doutorando em geografia pela Universidade Federal Minas Gerais - UFMG, aalngeo@gmail.com;

² O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

Jequitinhonha, Minas Gerais. Focalizando nas contradições e conflitos entre “metabolismos territoriais de modo de vida” (LASCHEFSKI, 2019), buscamos apontar os limites políticos desse projeto de desenvolvimento que subalterniza e oculta essas outras territorialidades.

Diante disso, através desse discurso subalternizador, assistimos à emergência do Vale do Jequitinhonha no século XX, acarretando em um processo profundo de reorganização das suas bases socioeconômicas, subordinando todo o seu território, suas gentes e terras aos projetos de desenvolvimento que passam a grafar profundamente suas paisagens.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL: NOTAS PARA UMA DISCUSSÃO.

O Vale Jequitinhonha, região a nordeste de Minas Gerais, tem uma longa relação com o debate desenvolvimentista. Desde o fim da década de 1950 pelo menos, quando passa a ser descrita como uma das regiões mais pobres e atrasadas do país. A pobreza do Vale ganhava um novo contorno à medida que o ideário desenvolvimentista disseminava nos aparelhos do Estado brasileiro.

Segundo Servilha (2012), a “emergência” do Vale, enquanto uma região – problema, era, na verdade, parte do projeto da “Minas moderna”, que tinha sua legitimidade e unidade garantida através de políticas que articulavam os “sertões”, essas áreas distantes geograficamente, mas profundamente ligadas ao centro articulador e símbolo maior desse projeto moderno de estado, a capital mineira. Nesse sentido, a pobreza e miséria regional funcionava como uma espécie de contraponto, uma representação de tudo aquilo que deveria ser superado, que era indesejável. “Para que o ‘novo’ floresça, é preciso estabelecer o ‘velho’” (SERVILHA, 2012, p. 9).

Ou seja, a produção desses estigmas regionais cumpria um papel relevante nesse novo quadro político, consolidando os novos centros urbanos e a capital mineira como modelo sociopolítico a ser perseguido. Ao mesmo tempo, organizava um novo arco de alianças que unia os interesses das elites regionais e centrais do estado³. A apropriação simbólica dos “sertões”, portanto, carregava um propósito bem concreto, qual seja, expropriar as

³Sevilha (2015) expõe essa questão ao analisar o processo de produção da identidade regional do Vale do Jequitinhonha, que nasce a partir da intervenção Estatal como uma região – problema. Segundo o autor, o Estado, na década 1950, identificou uma questão local que envolvia a elite regional, produtores de gado do tipo Jequitinhonha que enfrentavam uma crise sanitária. Esse fato, coloca em movimento um processo que desencadeia a produção identitária estigmatizada em torno da pobreza ao mesmo tempo que unia os interesses regionais e estaduais em torno dos projetos desenvolvimentistas.

potencialidades regionais (humanas e naturais) canalizadas para projetos políticos interessantes a poucos"(SERVILHA, 2012, p. 9).

Como se vê, a “identificação de uma porção território como uma região não é tão ingênua ou simples como pode parecer a primeira vista. [...] A região é, sempre, uma complexa construção política” (PORTO-GONÇALVES, 2001, p. 18). E em países de formação colonial, como afirma Moraes (2004), a representação do espaço adquire notável relevância na medida que conforma o discurso e as práticas políticas, ao mesmo tempo, é “reveladora de motivações e como instância explicativa de estruturas e práticas históricas” (MORAIS, 2002, p. 137).

A determinação colonial se impõe através da conformação dos padrões de organização e ocupação espacial, afirma Moraes. E o mote da conquista, que impulsiona o projeto colonial e permanece latente, acaba por determinar a política que, nesse contexto, “trafega muito pelas formas e modos de valorização dos lugares” (MORAIS, 2002, p. 137).

É o território e não o povo que interessa nas ações políticas do Estado, como salienta Moraes, que segue afirmando que o papel assumido pelo estado é aquele de garantidor do processo de conquista, de induzir o povoamento, de dotar os espaços de equipamentos, de gerir a ocupação e, principalmente, guardar os fundos territórios e garantir a integridade do território (MORAIS, 2002). A ação governamental é, antes tudo, afirma Moraes, geográfica por excelência (2002, p. 139).

A “emergência” do Vale se dá sob esse quadro histórico. Motivado pelo desejo genuíno (?) de erradicar a fome e a miséria regional, o estado vai recorrer a construções discursivas – “Vale da Miséria” – profundamente ideologizada e amplamente vinculada nos meios de comunicação a partir dos anos 1960. Assim, esse discurso subalternizador, que vê toda a região a partir da ótica dos interesses aglutinados a partir das ações do estado, desconsidera completamente a história local. A população é, via de regra, vista como sendo “incapaz de ser portadora de um projeto civilizatório que redima sua situação de subdesenvolvimento” (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Surge daí a justificativa – a vocação regional – que vai subsidiar a implantação dos diversos empreendimentos de exploração dos recursos regionais implantados desde então. Assim, “a dependência externa apresenta como contrapartida a voracidade interna na ocupação do solo, e o expansionismo sendo praticado cada vez mais veloz” (MORAIS, 2002, p.140).



Como o debate regional se desenrolava a reboque da agenda nacional – desenvolvimentista⁴, que centrava seus esforços na modernização das forças produtivas nacionais – industrialização, urbanização e modernizava da agricultura – coube ao Vale do Jequitinhonha desempenhar um papel relevante, embora periférico, nessa nova divisão territorial do trabalho, o de ser fornecedor de recursos naturais e humanos destinados a alimentar o desenvolvimento urbano - industrial dos centros urbanos.

Como os atributos ecológicos e culturais são percebidos a partir do seu potencial lucrativo, transformados em mercadorias, rapidamente, as paisagens da região ganhavam novos contornos, marcado por um mosaico de espaços “monoculturizadas” (LASCHSFISKI e ZHOURI, 2011). Portanto, o desenvolvimento regional acabou por materializar nas

“extensas pastagens para a produção de leite e de carne destinadas à crescente população urbana, nas monoculturas de *pinus spp.* e *eucaliptus spp.* para alimentar os fornos da indústria metalúrgica com carvão vegetal e em grandes barragens de perenização de produção elétrica” (LASCHEFSKI E ZHOURI, 2011, p. 183)

Essa nova dinâmica territorial acabou por dar vazão a uma tendência que se acentua, sobretudo, com a destinação de imensas áreas para a plantação de eucaliptos, a privatização das terras públicas. Como resultado houve um aprofundamento das questões que foram justificativas para a implementação dos projetos de desenvolvimento, a pobreza e a fome.

O Estado, juntamente com o setor privado, ao colocar em movimento esse conjunto de práticas e valores que acompanham o desenvolvimento, imediatamente, teve como efeito desarticular e desagregar os metabolismos de modos de vida não urbana que foram se estabelecendo ao longo de vários séculos. Ao mesmo tempo, introduzia uma nova dinâmica espaço/temporal, o metabolismo de modos de vida urbano – industrial.

O metabolismo urbano – industrial impôs um novo uso às chapadas – produção de carvão vegetal – essas terras altas combinavam áreas de pastoreio e extrativismo e servia para recarga hídrica dos córregos e rios dos fundos de vale. Ao privar essas territorialidades dos seus meios de vida, levou a uma redução drástica no repertório alimentar que garantia a segurança e soberania alimentar desses povos, restritos, agora, aos fundos dos vales, lugar historicamente ocupado com a moradia e com a roça.

⁴Segundo a definição de Gonçalves (2011), o nacional-desenvolvimentismo, assentado sob trinômio: industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo, seria uma variante do nacionalismo econômico, uma ideologia em voga ao longo das décadas de 1930-80 e se baseava na industrialização e na soberania dos países da América Latina.



Anteriormente, a fome avançava em períodos de maior estiagem, na seca, sobretudo no chamado sertão mineiro, a Caatinga, bioma naturalmente seco que cobre parte do baixo Jequitinhonha e Norte de Minas. Nessas circunstâncias, a fome era epidêmica e não endêmica, como ficou registrado por Josué de Castro em Geografia da Fome (1964) (PORTO-GONÇALVES, 2021). Diferentemente de outros tempos, a fome, agora, é endêmica, se metamorfoseando em uma importante questão ecológica que emerge das contradições impostas pelos metabolismos de modo de vida urbano – industrial.

A virada do século, entretanto, parece ter trago consigo um novo ciclo político e econômico no Vale do Jequitinhonha, alimentado, sobretudo, pela esperança de ver o Partido dos Trabalhadores (PT) governar o país pela primeira vez. Este fato indicava também que uma onda progressista atingia o sul global, colocando a América Latina em um novo ciclo político – econômico.

As esperanças foram perdendo vigor à medida que a década avançava e ficava evidente o projeto político desses governos progressistas. Com uma mudança parcial no pensamento econômico e político em voga, o Consenso de Washington foi substituído por uma nova rodada do pensamento desenvolvimentista, o Consenso das Commodities (SVAMPA, 2019).

Em parte, esse novo desenvolvimentismo decorre de uma conjuntura político – econômica internacional favorável, puxada pelo acelerado desenvolvimento Chinês. Como o comércio internacional de bens primário (alimentos, metais, petróleo e anergia) vivia um boom – o chamado superciclo das commodities entre 2003 e 2013, a balança comercial latino – americana fechava em superavit, fazendo com que países como o Brasil pudessem financiar um conjunto de políticas sociais, retomando o ideário produtivista do desenvolvimento (LASCHEFSKI E ZHOURI, 2019).

O boom das commodities levou os Estados Latino – americanos a apoiarem sua política econômica nas chamadas vantagens comparativas, em decorrência do ciclo de valorização de bens primários, ao mesmo tempo, essa política produziu um aprofundamento da condição periférica da região, na medida que reprimarizava suas economias, situação agravada com a chegada da China, que em pouco tempo se tornou o principal parceiro comercial. Essa sequência de eventos consolidou o modelo de desenvolvimento baseada na exportação de bens primários (SVAMPA, 2019).

No Brasil, o resultado imediato dessa nova conjuntura política foi possibilitar a acomodação de um amplo espectro político, muitas vezes antagônicos, que davam sustentação



aos governos petistas. A evidencia notável desse processo é a manutenção de uma política macroeconômica de orientação neoliberal em paralelo a execução de um conjunto de políticas sociais – programas de transferência de renda, ampliação dos investimentos em educação, saúde e moradia, pesados investimentos em infraestrutura (PAC I e II), além da expansão do setor agroextrativista.

Preso ao ideário urbano-industrial, o modelo brasileiro de desenvolvimento, em meio a essa conjuntura política, reforçou a sua condição de periferia nessa nova divisão internacional do trabalho, assumida a partir da reprimarização da economia, que foi acompanhado por um profundo processo de desindustrialização.

À medida que avançava o modelo de desenvolvimento, o Estado negava ou minimizava as novas desigualdades e assimetrias socioambientais que produzia (SVAMPA, 2019, p. 36). Esse cenário começa a mudar, quando, à medida que a década avançava, a população, sobretudo a urbana, percebia que as promessas de um país menos desigual e com justiça social não se materializava. O primeiro revés, expondo a fragilidade do projeto baseado no neoextrativismo, aconteceu quando o país é atingido pelos efeitos da crise internacional de 2008, que derrubou as economias Chinesa e Indiana.

Em resposta a crise internacional e na tentativa de manter a balança comercial positiva, o governo brasileiro atuava no sentido de intensificar e ampliar a exploração agroextrativista, abrindo mão de qualquer veleidade. O efeito político foi o fortalecimento dos grupos e setores ligados ao agronegócio e a mineração, que exigiram a reforma do código florestal, a flexibilização e o desmonte dos órgãos de fiscalização entre outras reformas que pudessem reduzir os custos diretos envolvidos na atividade agroextrativista (LASCHEFSCKI E ZHOURI, 2019).

O resultado imediato não poderia ser outro senão a produção de um estado permanente de violações e violências. Novas “zonas de sacrifício” surgiram, colocando inúmeros povos tradicionais, quilombolas, indígenas, um conjunto enorme de territorialidades e seus territórios em condição permanente de violências (LASCHEFSCKI E ZHOURI, 2019).

Nessa nova conjuntura, o modelo de desenvolvimento que vinha sendo implementado desde os anos 1950 no Vale do Jequitinhonha é consolidado, vertendo para uma nova forma de exploração dos bens naturais, o neoextrativismo, esse “modelo socioterritorial e estilo de desenvolvimento”, nas palavras de Svampa (2013, p. 33), que empurra a fronteira da

superexploração para novos territórios, muitas vezes considerados improdutivos, mas que concentra recursos e bens escassos e, em grande medida, não renováveis.

Cabe lembrar, portanto, que os bens naturais do Vale vem sendo objeto de interesse a décadas. E como mudanças na ordem política e tecnológica abrem novas possibilidades de negócios, seja por conta exploração de minério de ferro de baixo teor, o que mostra o apetite Chinês⁵ por recursos, ou pelo interesse na exploração do lítio⁶, mineral essencial para a transição energética, que vem sendo disputado por diversos grupos estrangeiros, ou ainda por conta da destinação de imensas áreas para o reflorestamento de eucalipto, o Vale do Jequitinhonha se converteu em uma nova fronteira de mineração do estado.

O que, segundo destaca Laschefski e Zhouri (2011), explicaria, em parte, o aumento do investimento em infraestruturas energéticas, essenciais para o funcionamento desses tipos de empreendimentos extrativistas – A Usina hidrelétrica Presidente Juscelino Kubitschek, por exemplo, está em funcionamento desde 2006 –, no recapeamento e duplicação de vários trechos rodoviários, na instalação de minerodutos – a Sul-americana metais, empresa de capital Chinês, condiciona a viabilidade econômica do seu empreendimento de exploração de ferro de baixo teor a instalação do que seria o segundo maior mineroduto do mundo, com 492 km extensão –, na reativação da estrada de ferro Bahia – Minas, responsável por escoar o “lítio verde” através do sul da Bahia. Além disso, há um interesse, crescente, também na instalação da indústria de aço, em virtude da proximidade com as imensas áreas destinadas a produção de carvão vegetal.

Ao olhar em retrospecto, é possível dizer que o modelo de desenvolvimento adotado tem servido para alimentar a industrialização e urbanização de outras regiões, sobretudo, da capital mineira, que tem a sua expansão metropolitana e industrial fundamentada na exploração dos bens produzidos no Vale (LASCHEFSCKI E ZHOURI, 2019). Na certa, contrariando a imagem imposta de que a condição periférica do Vale é resultado de um certo

⁵ Segundo Maristela Svampa (2019), longe de ser uma categoria irrelevante, o neoextrativismo se converteu em uma poderosa arma analítica que permite, entre outras questões, pensar em termos geopolíticos a mudança de hegemonia atual, onde o centro de poder político e cultural do mundo se desloca do Norte global em direção, mais uma vez, a Ásia. A consolidação da China, como potência global, trouxe consigo a intensificação das exportações de commodities agrícolas e minerais, consolidando uma posição cada vez mais desigual dos países do sul global, traduzido na reprimarização e desindustrialização das economias Latino-americanas.

⁶O lítio é o principal mineral na transição energética, o que tem suscitado disputas geopolíticas entre as duas maiores economias mundiais, EUA e China. Hoje, o mercado de refino do lítio é dominado pela China, que controla, aproximadamente, 60% do processamento global desse recurso. E como o Vale do Jequitinhonha concentra as principais reservas de lítio do país e, em consonância com sua posição periférica, o modelo de negócio adotado acabou por jogou a região no centro dessa disputa geopolítica.

subdesenvolvimento, percebe-se que os projetos de desenvolvimento não tinham por essência romper com a modalidade de acumulação que impera desde tempos coloniais, o extrativismo, mas sim, aprofundá-lo.

O DESENVOLVIMENTO COMO UM PROJETO DE ESPOLIAÇÃO.

No momento em que o Vale Lithium era “vendido” pelos representantes do Estado Brasileiro na bolsa de valores norte-americana, o debate em torno da “vocação mineral” e o desenvolvimento regional do Vale do Jequitinhonha ganhava um novo capítulo.

Formado por um conjunto de 14 municípios do Norte de Minas e baixo Jequitinhonha, o projeto Vale do Lítio   o mais novo projeto de desenvolvimento que promete acabar com pobreza, levando trabalho e renda para toda a região. Em un ssimo, Estado e agentes privados prometem somar esforços na busca de soluçoes sociais, ambientais e econ micas que dinamize o desenvolvimento regional.

Essa mesma retórica salvacionista já estava presente nos projetos de desenvolvimento que surgiram a partir dos anos de 1950, com seus empreendimentos agroextrativistas. E, mesmo assim, após décadas de desenvolvimento, a região segue na dianteira da pobreza no estado, concentrando os municípios com os piores índices de desenvolvimento humano (LASCHEFSCKI E ZHOURI, 2011).

Para além de uma abordagem ing nuas, que aponta para os limites dessas interven oes desenvolvimentistas⁷ – poderíamos pôr em questão, por exemplo, a escolha desses empreendimentos agroextrativistas que demandam uma fra o ínfima de mão – de – obra, sobretudo, nesse momento, quando assistimos a introdu o de novas tecnológicas que tem o potencial de reduzir ainda mais o número de empregos gerados – e que mesmo assim reivindicam um desenvolvimento de novo tipo, talvez, estejamos assistindo a um novo ciclo

⁷Laschefski (2021, p. 115 -116) alerta para o “novo ciclo de crescimento sem desenvolvimento” que atinge o país, provocado, sobretudo, pelo fortalecimento do setor agroextrativistas frente a mudanças de ordem legal e a introdu o da digitaliza o no setor. Desonera oes, isen oes, declínio dos empregos, infla o, desindustrializa o e pobreza, são algumas das quest oes que “mostram que cada vez mais territórios brasileiros – ou espaços socioambientais – estão sendo apropriados, destruídos e disponibilizados para países estrangeiros, tudo isso quase sem recompensa. [...] Uma vez que apenas uma pequena elite se beneficia disso, tudo indica que assim se inicia um novo ciclo de crescimento sem desenvolvimento.”

desenvolvimentista, nessa triste história, marcada a ferro e fogo nas paisagens do Vale do Jequitinhonha.

Acontece que é preciso compreender essa nova conjuntura política e a “reinserção” regional do Vale a partir desse ambiente marcado por incertezas e novos protagonismos. Seja em decorrência da presença do capital Chinês – a Sul Americana de Metais promete transformar o Norte de Minas em uma nova fronteira minerária do Estado, extraíndo algo em torno de 27 milhões de t/a de minério de ferro – seja por conta do reposicionamento das empresas do setor diante das incertezas provocadas pela grande mineração a céu aberto em meio a um mundo em crise – embaladas sob o rótulo ESG (meio ambiente, responsabilidade social e governança) a exploração do lítio “verde” é apresentado como uma solução capaz de curar todos os males do extrativismo – esse novo ciclo de empreendimentos extrativistas e o tipo de desenvolvimento que eles buscam ensejar (ou não) se inscrevem dentro desse contexto político agravado pelo protagonismo assumido pelo setor agroextrativista na agenda política nacional.

Sendo Minas Gerais, o caso mais emblemático e dramático dessa nova conjuntura, onde, mesmo após ser atingido, por duas vezes, por uma avalanche de rejeitos da mineração, que causaram impactos sociais, econômicos e ecológicos incalculáveis⁸, as grandes mineradoras seguem dominando todo o setor ambiental, inclusive, impondo sua agenda, como as mudanças e reformas no código ambiental estadual.

Isso se deve, como afirma Laschefski (2021), as condições políticas geradas a partir do processo de reparação por esses crimes ambientais. Ou seja, dois dos maiores crimes ambientais ocorrido no planeta criou as condições políticas que permitiram que essas grandes mineradoras, com o consentimento do Estado, pudessem gerir os espaços participativas da gestão ambiental do Estado, influenciando na tomada de importantes decisões, o que, segundo o autor, configuraria um “regime ambiental coronelista”.

Fazendo alusão ao texto clássico de Victor Nunes Leal “Coronelismo, Enxada e Voto” (1948), Laschefski explora a semelhanças entre a figura dos Coronéis e o controle político exercido pelo que o autor denomina de “núcleo coronelista”, um conjunto de atores poderosos que estão intimamente ligados ao setor extrativista e profundamente articulados e representados na sociedade civil organizada, nos órgãos do Estado e no ministério público, e através de

⁸Faço alusão aos dois rompimentos de barragens de rejeitos – Mariana (2015) e Brumadinho (2018) – que produziram os maiores crimes ambientais do país. O processo de reparação segue sem um desfecho justo, causando, permanentemente, um estado de sofrimento nas famílias atingidas.

diversos mecanismos exercessem o controle político sobre as estruturas de governança do campo ambiental (LASCHEFSKI, 2021).

Decorre que, com o estabelecimento do “regime coronelista ambiental”, o campo ambiental se converteu em um poderoso meio não capitalista de acumulação, que, no limite, além de terem seus interesses atendidos, permite que essas mineradoras se apropriem, através de sofisticados mecanismos⁹, dos territórios atingidos por esses eventos trágicos (LASCHEFSKI, 2021).

A tônica consiste, portanto, em perceber essas estratégias, ancoradas sob o rótulo da “boa governança”, como parte da acumulação capitalista promovido por essas empresas, processo que encontra lastro teórica nas elaborações de Rosa Luxemburgo em a “Acumulação do Capital” de 1913 e, posteriormente, em David Harvey em “O Novo Imperialismo” de 2004 e sua noção de acumulação por despossessão.

Escrevendo em um momento marcado pelas disputas territoriais entre as principais potências mundiais, a originalidade de Rosa Luxemburgo está em considerar as relações não capitalistas no interior do processo global de expansão da produção capitalista. Ao fazer isso, Luxemburgo apontava para um dos “artifícios” que o capital utilizava naquele momento para contornar, em parte¹⁰, o que ela considerava ser umas das suas contradições fundamentais, o subconsumo.

Em resposta a uma demanda insuficiente, e incapaz de absorver a produção material, a estratégia do capital para contornar essa crise foi apoiar uma política imperialista e de colonização, como “única maneira sistemática de estabilizar o sistema” (HARVEY, 2004, p. 116). O que, segundo Harvey (2004), ajudaria a explicar a violência inerente aos diversos regimes coloniais do século XIX.

Segundo o esquema de Rosa Luxemburgo, a acumulação capitalista seria garantida graças a manutenção desses territórios na condição de não capitalistas (HARVEY, 2004). Portanto, é imprescindível “considerar a relação entre a produção capitalista e o mundo que o

⁹ Segundo Laschefski (2021, p. 117), as empresas “mobilizaram sistematicamente o terror das barragens e a produção do medo por novos desastres, entre outras estratégias, a fim de não somente acelerar a reestruturação do sistema ambiental em Minas Gerais e a flexibilização do marco regulatório, mas também para permitir a remoção da população dos territórios do seu interesse.”

¹⁰ Um dos aspectos fundamentais do Capitalismo é que ao confrontar suas crises aplica meios que, em um momento mais oportuno, acaba por aprofundar suas contradições. “As contradições tem o péssimo hábito de não se resolverem, apenas mudar de lugar” (HARVEY, 2016, p. 17).

circunda” (SEOANE, 2013, p. 33, tradução nossa), não apenas como mercado consumidor dos excedentes, mas como meio histórico, sem o qual o capitalismo não conseguiria se desenvolver plenamente. Citando Luxemburgo, Seoane afirma,

“o capital não pode desenvolver-se sem os meios de produção e forças de trabalho do planeta inteiro [...] necessita dos tesouros naturais e as forças de trabalho de toda a terra [...], mas como estas se encontram [...] acorrentadas a formas de produção pré-capitalistas isto dá origem ao impulso irresistível do capital para se apoderar daqueles territórios e sociedades” (SEOANE, 2013, p. 33, tradução nossa).

Para Luxemburgo, essas formas de acumulação se davam em geografias distintas. Enquanto o capital produtivo se instalava nos países do centro do capitalismo mundial, as formas de acumulação primitiva se desenvolviam com maior desenvoltura na periferia do sistema – mundo, circunscrito, sobretudo, na forma específica de dominação imperialista e colonial (SEOANE, 2013).

Entretanto, a capitalismo na sua forma atual nos impele a considerar, também, a coexistência e complementariedade dessas distintas formas de acumulação operando em uma mesma formação socioterritorial. Quer dizer, em uma mesma sociedade, a acumulação capitalista pode assumir a forma original, como também a forma ampliada (SEOANE, 2013). Sobretudo, na periferia do sistema – mundo capitalista, onde a acumulação se apresenta na sua forma mais perversa e brutal. Como afirma José de Souza Martins, “as formas arcaicas ganham vida e consistência por meio de cenários de modernização e, concretamente, pela forma dominante da acumulação capitalista, racional e moderna” (MARTINS, 1994, p. 13)¹¹.

David Harvey retoma essa perspectiva teórica ao propor a noção de acumulação por despossessão (2004), esse novo regime de acumulação que funciona como uma espécie de “remédio” anticrise. Escrevendo no início da invasão anglo-americano do Iraque em 2003, Harvey estava particularmente interessado em compreender como as formas pertencentes a

¹¹José de Souza Martins em “Fronteira, a degradação do outro nos confins dos humano” de 1994 dá a exata dimensão das relações de trabalho que surgiram na frente pioneira do país. Segundo o autor, o que poderia ser visto como novidade na fronteira é, na verdade, uma “complicada combinação de tempos históricos em processos sociais que recriam formas arcaicas de dominação e formas arcaicas de reprodução ampliada do capital” (1994, p. 12). Pra ser ter a dimensão dessa forma de exploração do trabalho (trabalho escravo) nas frentes pioneiras, Souza afirma que, entre 1970 e 1993, houveram denúncias de peonagem (trabalho escravo) em pelo menos 431 fazendas, sendo 308 só na Amazônia. Seriam, aproximadamente, 85 mil trabalhadores escravizados nas estimativas do autor.

acumulação primitiva, foram renovadas e aprimoradas com o objetivo de contornar a crise persistente de sobreacumulação¹².

Segundo Harvey, as práticas predatórias, de fraude e o uso de todo tipo de violência, “características da acumulação primitiva que Marx menciona, permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até nossos dias” (2004, p.121)¹³. Sob quaisquer circunstâncias e em qualquer geografia, o conceito de acumulação por despossessão acaba por ampliar e renovar a discussão em torno do processo de mercantilização que caracteriza esse momento atual do capitalismo mundial, e também aponta para a forma de exploração e acumulação que caracteriza o chamado modelo neoextrativista e a sua lógica perversa de espoliação dos bens comuns naturais (SEOANE, 2013). Portanto, afirma David Harvey, “se o capitalismo vem passando por uma dificuldade crônica de sobreacumulação desde de 1973, então o projeto neoliberal de privatização de tudo faz muito sentido como forma de resolver o problema” (2004, p 124).

Cabe lembrar que a “emergência” do Vale do Jequitinhonha se dá sob esse contexto histórico. E os processos desencadeados pelos projetos de desenvolvimento tem por mérito garantir a acumulação em todos os seus sentidos, embora, prevaleçam as formas primitivas. Não é de se admirar que o tensionamento e os conflitos recorrentes provocados pelas diferentes

¹² A crise de sobreacumulação atual é uma crise sistêmica do capital que remonta a década de 1970 e é caracterizada por uma massa de capital excedente ocioso, embora também possa ser de capital trabalho. Em função de uma acentuada queda na taxa de lucro no setor produtivo que teve início nos anos 1970, esses excedente de capital busca formas “alternativas” de ampliar a taxa de lucro em setores, muitas vezes, considerados não tradicionais e não produtores de mais – valia, propriamente dita, como por exemplo, o setor imobiliário e a produção de commodities em países como o Brasil, entre outros.

¹³ Segundo a descrição elaborada por Marx, a acumulação primitiva revela uma infinidade de processos, tais como, “mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direito de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponesas às terras comuns[partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional, e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva [...] foram criados mecanismos inteiramente novos [...] como os que envolve direitos de propriedade intelectual como o patenteamento e licenciamento de material genético, do plasma de sementes; a biopirataria e a pilhagem dos recursos genéticos mundiais; a mercantilização e a depredação dos bens ambientais globais (terra, ar, água); a mercantilização da cultura e da subjetividade; e a privatização dos bens públicos” (HARVEY, 2004, p. 122 – 23).

logicas de apropriação do território e das riquezas regionais sejam um dos mais latentes do estado¹⁴, estando diretamente relacionados com a consolidação desses empreendimentos.

O VALE DO JEQUITINHONHA E A QUESTÃO TERRITORIAL

Certamente, a consolidação do modelo de desenvolvimento baseado no neoextrativismo, o “Consenso das Commodities” (SVAMPA, 2019), marcou uma mudança de época na América Latina. Sobretudo, por conta da passagem da década de 1990 para os anos 2000, encerrando um período marcado pela estagnação e retração econômica e dando início um ciclo de crescimento puxado pela valorização das commodities agroextrativistas no mercado mundial, beneficiando a região (SVAMPA, 2019).

As vantagens comparativas, esclarece Svampa (2019), foi a medida que, em parte, garantiu a permanência dos diversos governos progressistas no poder. Como se percebe, esse novo quadro político acabou por produzir certas mudanças, embora, do ponto de vista político, sejam todas limitadas. Ou seja, parte da receita do superavit foi canalizado para políticas econômicas e sociais que, entre outras coisas, ampliou, através do consumo, a participação das camadas mais vulneráveis na economia. Tais políticas foram fundamentais, pelo menos no curto prazo, na manutenção desses partidos no poder, embora, tal sucesso eleitoral não se converteu em mudanças estruturais.

Pode-se dizer que essa conjuntura política veio, por um lado, através desse mercado de commodities que experimentava um boom e, por outro, por conta da resistência popular contra as políticas de austeridade e privatistas da década 1990, que colocaram em xeque a hegemonia do pensamento econômico ortodoxo. Isso permitiu que parte dos estados latino-americanos, sobretudo aqueles governados por partidos de centro-esquerda, pudessem recuperar parte da sua autonomia na condução e regulação da economia.

Entretanto, essa ação mais enérgica do estado não se efetivou de fato, impondo limites para mudanças estruturais mais profundas. Segundo aponta Svampa (2019), o projeto progressista estava longe de questionar a hegemonia do capital financeiro transnacional na periferia, como ficou provado no decorrer da segunda década do século XX. Pelo contrário, como afirma Lander, esse aparente paradoxo, na verdade, serviu para aprofundar a dependência

¹⁴O GESTA/UFMG, grupo de estudos em temáticas ambientais, lançou em 2007 o projeto “Mapas dos Conflitos Ambientais do estado de Minas Gerais”, onde é possível perceber a região como uma das mais conflituosas do estado.

de setores populares dos repasses governamentais ao mesmo tempo debilitou as lutas populares, enfraquecendo a democracia (LANDER, 2016).

E isso significa dizer, segundo Laschefski, que o novo desenvolvimentismo foi uma tentativa, mal sucedida como se percebe, na qual os governos de centro-esquerda buscaram criar condições que levassem a modernização do país através da industrialização, urbanização e integração aos mercados globais. Entretanto, à medida que esses processos avançavam, criou-se um impasse, na qual esse “modo de dominação social e de organização da produção material” (LASCHESFKI, 2019, p. 302) passou a ser questionado, já que as promessas de melhorias das condições de vida na forma de renda e trabalho não se efetivaram e os efeitos do neoextrativismo acabou por gerar resistências nos territórios (LASCHESFKI, 2019).

Isso posto, cabe, nesse momento, resgatar parte da discussão encabeçada por Henry Lefebvre, importante filósofo marxista, sobre a tese da urbanização planetária, essa dimensão espacial da globalização neoliberal e que teve seu início na década de 1980, com o fim do modelo fordista de acumulação e início da globalização neoliberal. Mas o que interessa nesse momento, é que a urbanização planetária levaria a “disseminação do tecido socioespacial da “sociedade urbana” para além das suas fronteiras” (LASCHESFKI, 2019, p 302). Assim, o “‘exterior’ das cidades no sistema urbano-industrial-capitalismo é composto por um mosaico de paisagens industriais uniformes, cada uma destinada a produzir um determinado produto de mercado ou mercadoria” (LASCHESFKI, 2019, p 302). Assim temos a produção de paisagens operacionais, responsáveis pela reprodução urbana.

Outro aspecto relevante desse processo diz respeito as teorias que alimentavam esse novo desenvolvimentismo. Muitos desses países retomaram uma antiga visão produtivista¹⁵ do desenvolvimento, principalmente, os governos marcadamente progressistas. Isso significava dizer que, essa ilusão desenvolvimentista

“levou a negação e a supressão das discussões de fundo sobre os impactos sociais, ambientais, territoriais e políticos do neoextrativismo, assim como a desvalorização das mobilizações e dos projetos socioambientais emergentes” (SVAMPA, 2019, p. 36).

Ao mesmo tempo, a leitura” que esses “gestores” fizeram dos conflitos partiam de uma visão, amplamente compartilhada, principalmente por parte da esquerda latino-americana, que a interpretava como resultado da oposição entre capital e trabalho, sem, no entanto, considerar

¹⁵Segundo Svampa (2019), o produtivismo é baseada na ideia de crescimento ilimitado, força motriz do capitalismo, e que está na raiz da atual desordem global, já que não reconhece os limites próprios do metabolismo ecológico.

o impacto do capital na natureza. Ao mesmo tempo, negava ou minimizava a relevância das lutas travadas em defesas dos territórios e dos bens da natureza (SVAMPA, 2019). Desta forma, a questão ambiental aparece, segundo essa leitura, como uma questão menor ou pior, como o preço a se pagar para que essas nações superassem os embaraços estruturais causadores da desigualdade e da pobreza.

Indo além nessa explicação, Laschefski (2019) afirma que, ao analisar as contradições do novo desenvolvimentismo brasileiro, é possível enquadrar todas essas estratégias, de inserção de amplas setores da sociedade por via da economia de mercado e sua noção de distorcida de cidadania, dentro de concepções eurocêntricas de história e natureza. E tanto a direita quanto a esquerda do espectro político nutriam dessas noções, que passam a orientar as narrativas, ideias e categorias utilizadas, como pobreza, igualdade, justiça, democracia e tantas outras. Todas niveladas pelo diapasão eurocêntrico.

Como afirma Laschefski, no caso brasileiro, pelo menos, a consolidação desse modelo de desenvolvimento acabou por padronizar o tecido social a partir de concepções “urbanocêntricas”, levando a um impedimento, pelo menos em parte, do reconhecimento da “sociedade brasileira como uma socio-bio-diversidade compreendida por múltiplas experiências e projetos de vida” (LASCHEFSKI, 2019, p. 281). E esse entendimento passa, necessariamente, por compreender que as práticas e ideias implicadas no desenvolvimentismo são formas atualizadas de processos anteriores, ligadas, sobretudo, ao imperialismo e colonialismo, onde as formas de dominação produziram concepções evolucionistas em torno das imagens de raça, classe e progresso (LASCHEFSKI, 2019).

E como afirma Porto-Goncalves (2006, p. 62),

“a ideia de desenvolvimento sintetiza melhor que qualquer outra o projeto civilizatório, que tanto por via liberal capitalista quanto por via social – democrática e socialista, a Europa ocidental acreditou poder universalizar. [...] Ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado, enfim, é ser tudo aquilo que nos afaste da natureza e nos coloque diante de constructos humanos” (PORTO-GONÇALVES, 2006, P. 62)

Nesse sentido, a nossa condição colonial se impõe com maior força e subordina, através da noção de desenvolvimento, o territorial nacional as métricas eurocêntricas. E isso significa dizer que reproduzimos internamente, numa espécie de colonização interna (CASANOVA, 2007), essas teses evolucionistas estapafúrdias, que dão sustentação ao projeto eurocêntrico moderno – colonial. Consolida-se então, uma visão que percebe o

“destino de povos indígenas e tradicionais como inseridos em uma categoria vagamente identificada como classe trabalhadora, cujas condições de vida



podem ser melhoradas por uma integração ao mercado de trabalho e por políticas de redistribuição de renda.” (LASCHEFSKI, 2019, p 294)

Esse caráter “assimilacionista” das políticas desenvolvimentistas está no cerne da questão territorial que emerge desse quadro. Em que, de um lado, temos o aprofundamento do neoextrativismo como modelo sociopolítico e territorial (SVAMPA, 2019) cuja dinâmica é marcada por uma ocupação intensiva do território. E por outro, à medida que esse modelo avança sob novas áreas, muitas vezes, o faz desterritorializando os diversos grupos e povos que historicamente ocuparam essas áreas. Compulsoriamente deslocados, passam a ser submetidos aos projetos e programas do novo desenvolvimento na condição de trabalhadores pobres (LASCHEFSKI, 2019).

Como as sociedades urbanas globalizadas, em decorrência do comércio e da tecnologia, alienam a relação entre os indivíduos e as condições materiais (livelihoods) que dão sustentação a seu modo de vida, isso cria um embaraço no qual as sociedades urbanas desconhecem, por completo, as paisagens “operacionais” (LASCHEFSKI, 2019, p 306), que, muitas vezes, se confunde com os territórios usados por outros grupos. Cria-se, portanto, uma situação paradoxal, na qual a “questão territorial” surge dessa tensão entre as territorialidades urbana e não – urbana e suas formas particulares de apropriação da terra.

É nessa seara que se encontra o Vale do Jequitinhonha. Enquanto o País reafirmava sua posição de periferia nessa nova ordem internacional, o Vale se constituía também como uma região periférica. Ou seja, o Vale do Jequitinhonha é a periferia de um país periférico, e os processos desencadeados pelo discurso do desenvolvimento reafirma sua posição a partir da imposição de uma lógica que percebe o seu território a partir do seu potencial como fornecedor de bens da natureza para sustentar a sociedade urbano – industrial.

O Vale do Jequitinhonha, em decorrência da mineração de ouro e diamante, foi considerado uma das regiões mais ricas do país, até pelo menos a metade do século XIX, quando a mineração e a pecuária baseada na grande propriedade perdem dinamismo. Esse cenário começa a mudar a partir dos anos 1950, quando a região é “redescoberta” e passa a ser descrita sob os signos da pobreza e da miséria.

E como medida de enfrentamento dessa condição miserável, o estado cria a CODEVALE – Comissão de desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha responsável por implementar um conjunto de projetos que tinham por meta estimular o desenvolvimento regional através da pecuária, cafeicultura e monocultura de eucaliptos (LASCHEFSKI, 2011).



Essas medidas geraram profundas transformações na base socio-espacial regional, sobretudo, porque o modelo adotado de desenvolvimento baseava-se na grande propriedade. Com fartos recursos e incentivos fiscais, imensas áreas públicas foram cedidas, levando a uma transformação dos latifúndios em empresas rurais (PORTO-GONCALVES, 2021).

Como afirma Laschefski,

“intensificou-se o processo contínuo de expansão latifundiária, movida, além da pecuária, pelo plantio de monoculturas para a produção de carvão vegetal como fonte de energia para a siderurgia e a implementação de hidrelétricas com vistas ao fornecimento de energia para as indústrias nos centros urbanos.” (LASCHEFSKI, 2011, P. 32)

Temos, portanto, processos que foram desencadeados a partir da matriz de pensamento que tem no modo produção do espaço urbano – industrial sua referência, estabeleceu uma posição periférica para o Vale do Jequitinhonha, embora relevante, nessa nova divisão territorial do trabalho, que é a de produtora de matérias primas, alimentos e energia destinados a alimentar o crescimento dos centros urbanos (LASCHEFSKI, 2011).

E como a dimensão espacial desempenha um papel crucial em países com passado colonial, sobretudo porque resguarda os interesses inauditos, temos, assim, a construção abstrata dos “vazios demográficos com terras improdutivas” (LASCHEFSKI, 2011), que significou a privatização de imensas áreas públicas, transformadas em mercadoria. Evidentemente que, como afirma Laschefski (2011), o objetivo não era, “apenas”, introduzir a região nos circuitos espaciais capitalista através da propriedade privada e da comercialização de excedentes, mas criar condições que tornassem os centros urbanos – industriais atrativos suficientes para o capital externo. E isso significava derrubar os custos de produção nos centros urbanos – industriais com carne, energia e carvão vegetal baratos.

As consequências não poderiam ser outras se não o aumento dos conflitos. A concepção urbana – industrial introduziu um novo uso para o território e o fez desterritorializando outras racionalidade, desagregando seus modos de vida..

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos aspectos fundamentais do trabalho e que permeiam toda a discussão proposta é as possibilidades que surgem ao compreender os conflitos ambientais a partir dessa questão territorial que é fruto das contradições e conflitos entre metabolismos territoriais de modos de vida urbanos e não urbanos (LASCHEFSKI, 2019).

Nesse sentido, questionamos a colonialidade do discurso do desenvolvimento que a partir de princípios eurocêntricos, impôs um uso específico para o território que compõem a região do Vale do Jequitinhonha. Como uma “paisagem operacional” que suporta a reprodução urbana no interior do capitalismo mundial. Ainda, apontamos por considerar esses projetos de desenvolvimento guiados por princípios de acumulação infinita desencadearam formas mais brutais de acumulação primitiva ou por despossessão (HARVEY, 2004).

REFERÊNCIAS

CASANOVA, P. G. Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina. Tradução: Ana Carla Lacerda; Introdução: Marcos Roitman –Petrópolis -RJ: Vozes; Rio de Janeiro: LPP; Buenos Aires: CLACSO, 2002.

HARVEY, David. O Novo Imperialismo. 8. ed. São Paulo: **Edições Loyola**, 2014.

LANDER, Edgardo. Neo-extractivismo: Debates y conflictos en los países con gobiernos progresistas en suramerica. In: Ecología política latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latino-americana y rearticulación epistémica/ Héctor Alimonda ... [et al.]; **CLACSO**; México 2017. Tomo II. Pp. 79 – 92

LASCHEFSKI, Klemens. O Extrativismo 4.0 e o “Regime ambiental coronelista”: A articulação de sistemas ambientais brasileiros com esquemas de governança multistakeholder global. *Ambientes. Revista de Geografia e Ecologia Política*. v. 3 n. 2 (2021): Segundo Semestre de 2021. Acesso em: 20 jul. 2023.

LASCHEFSKI, K. A.; ZHOURI, A. Povos indígenas, comunidades tradicionais e meio ambiente a "questão territorial" e o novo desenvolvimentismo no Brasil. **Terra Livre**, [S. l.], v. 1, n. 52, p. 278–322, 2019. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/1552>. Acesso em: 20 jul. 2023.

MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: **Hucitec**, 1997.

MORAES, A. C. R. Território e história no Brasil. SP: **Hucitec**, 2002.

PORTO-GONÇALVES. C. W..A mazônia, Amazônia.1ª Ed. São Paulo: **Contexto**, 2001.

_____. As Minas e os Gerais: Breve Ensaio sobre Desenvolvimento e Sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas. **Revista Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 3, p. 03-25, 2021.

_____. A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização. Rio de Janeiro: **Editora Civilização Brasileira**, 2006.

SEOANE, J.; Modelo extractivo y acumulación por despojo. In: Extractivismo, despojo y crisis climática: desafíos para los movimientos sociales y los proyectos emancipatórios



de Nuestra América. SEOANE, José; TADDEI, Emilio; ALGRANATI, Clara (orgs).1 ed.
Buenos Aires: **Herramienta, El Colectivo**, 2013, p. 21-40.

SERVILHA, M. M.. Vale do Jequitinhonha: a emergência de uma região. In: PIMENTEL,
Maria das Dores (org.). Vale do Jequitinhonha: cultura e desenvolvimento. Belo Horizonte:
UFMG/PROEX, 2012.

SVAMPA, M. As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais,
giro ecoterritorial e novas dependências. Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo: **Elefante**,
2019.

ZHOURI, Andréia; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento, água e mudança social:
experiências no Vale do Jequitinhonha. In: SOUZA, João Valdir Alves de; NOGUEIRA, Maria
das Dores Pimentel (orgs.) Vale do Jequitinhonha: Desenvolvimento e Sustentabilidade. Belo
Horizonte: **UFMG/PROEX**, 2011.